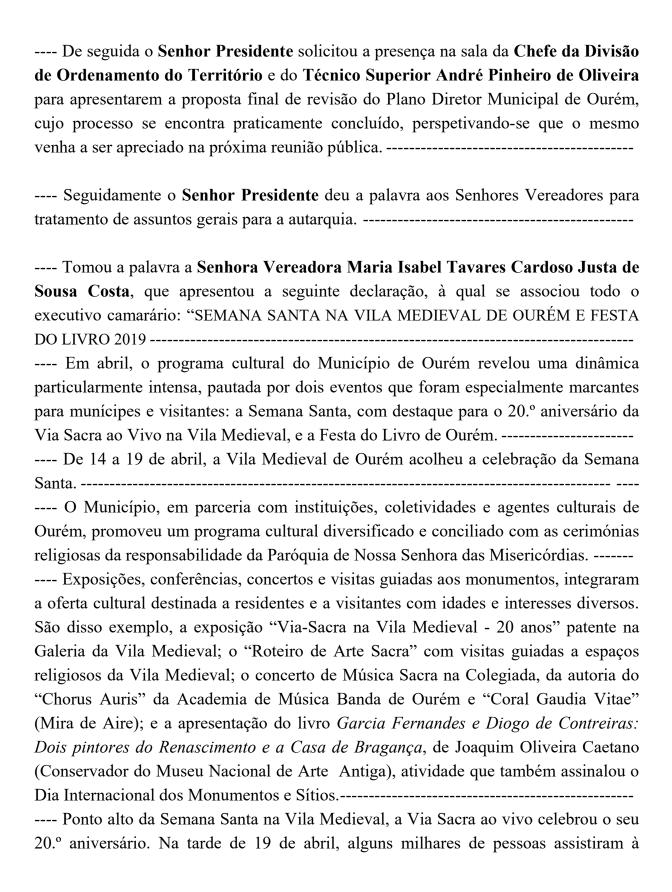


ATA N.º 10 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, na Cidade de
Ourém, no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA e RUI MANUEL
SIMÕES VITAL, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Apoio a
Fundos Comunitários e Expediente
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificada a
falta do Senhor Vereador JOÃO MIGUEL CALDEIRA HEITOR, por motivos de
ordem profissional
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra para dar conta de que, conforme informação da
ARS LVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a falta de
médico de família na Extensão do Centro de Saúde de Ourém em Caxarias, ficará

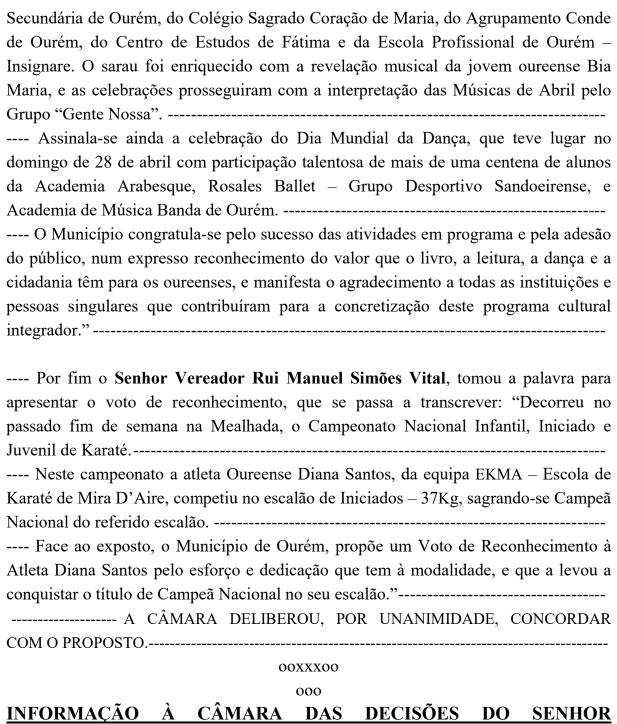
resolvida até ao dia 24 de maio próximo. -----



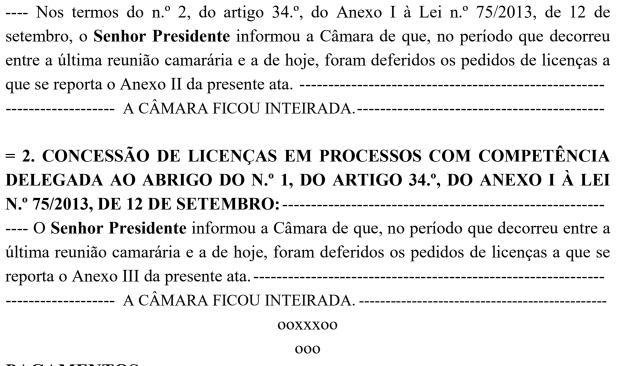




cerimónia que decorreu neste cenário patrimonial, onde a crucificação teve como cenário de fundo o castelo de Ourém. ---------- A recriação histórica voltou a contar com a participação dedicada e afetiva de mais de uma centena de atores amadores, figurantes, músicos e cantores de grupo coral, residentes em Ourém e em especial na freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias. O Município agradece-lhes por todo o seu envolvimento voluntário e empenhado. --------- Ao longo de 20 anos, as 14 estações que relatam o caminho de Jesus carregando a cruz do Pretório até ao Calvário foram interpretadas por António Gonçalves. A este oureense, que sempre manifestou total disponibilidade, interiorizou e transmitiu de forma extraordinária a mensagem bíblica desta Quadra religiosa, o Município expressa reconhecimento e manifesta-lhe gratidão. A sua entrega generosa e autêntica a este papel, tem um contributo indiscutível na afirmação desta representação como referência cultural e atrativo turístico no panorama regional e nacional. ---------- O Município agradece ainda as colaborações da Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, Paróquia de Nossa Senhora das Misericórdias, Guarda Nacional Republicana, Pousada de Ourém, Escuteiros de N.ª Sr.ª das Misericórdias, Sociedade Filarmónica Ouriense, Insignare - Associação de Ensino e Formação, AMBO, comerciantes e residentes da Vila Medieval, e todas as pessoas que de algum modo, contribuíram para o sucesso desta celebração. --------- Prosseguindo na programação cultural de abril, na semana de 24 a 28, a Festa do Livro decorreu no auditório cultural dos Paços do Concelho e espaço envolvente, em estreita associação com as comemorações do 25 de Abril e do Dia Mundial da Dança. A exposição e venda de livros, assente na parceria entre o Município (através da Biblioteca Municipal) e a Livraria Arquivo beneficiou de uma dinâmica cultural vocacionada para a promoção do gosto pela leitura, junto de crianças, jovens e adultos. ---- O programa integrou espetáculos de teatro e contos infantis (como "Afinal... O gato?", pela "Andante Associação Artística" e "O Ganso do Charco" por Sílvia Rodrigues – Município de Ourém); conversas enriquecedoras e muito participadas com escritores convidados (Celeste de Almeida Gonçalves, João Tordo, o escritor oureense Carlos Frias de Carvalho, e Rita Nabais); dança e música com agentes culturais de Ourém (Chorus Auris da Academia de Música Banda de Ourém, Coro Feminino do Conservatório de Música de Ourém e Fátima, Academia Arabesque e Dulce Maurício). --------- A noite de 24 de abril iniciou as celebrações do 25 de Abril (45.º aniversário) com o 2.º sarau de poesia dedicado ao tema "Diálogo, Tolerância, Compreensão e Cooperação". Participaram com a leitura de poemas alunos da Escola Básica e



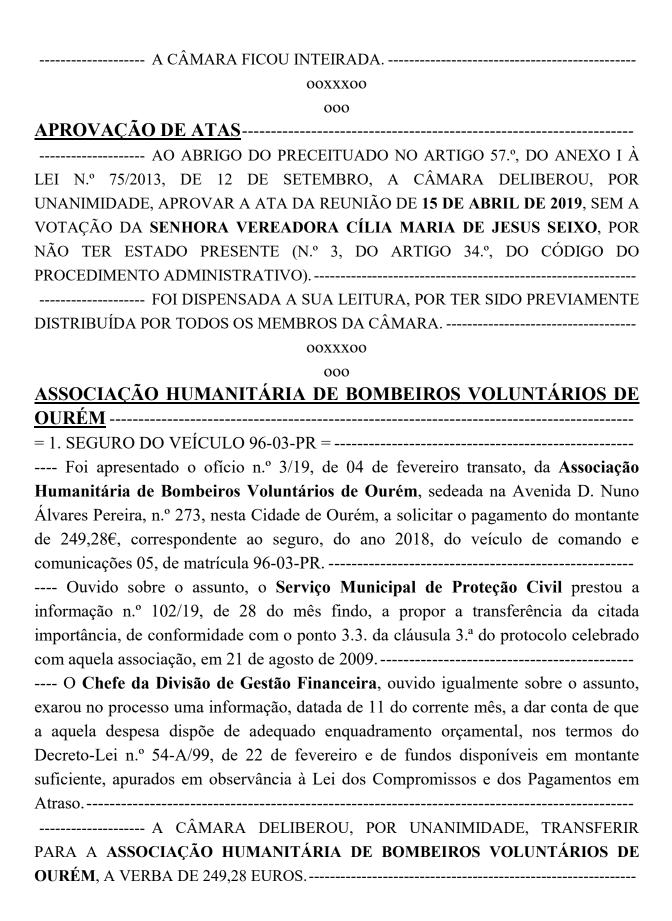




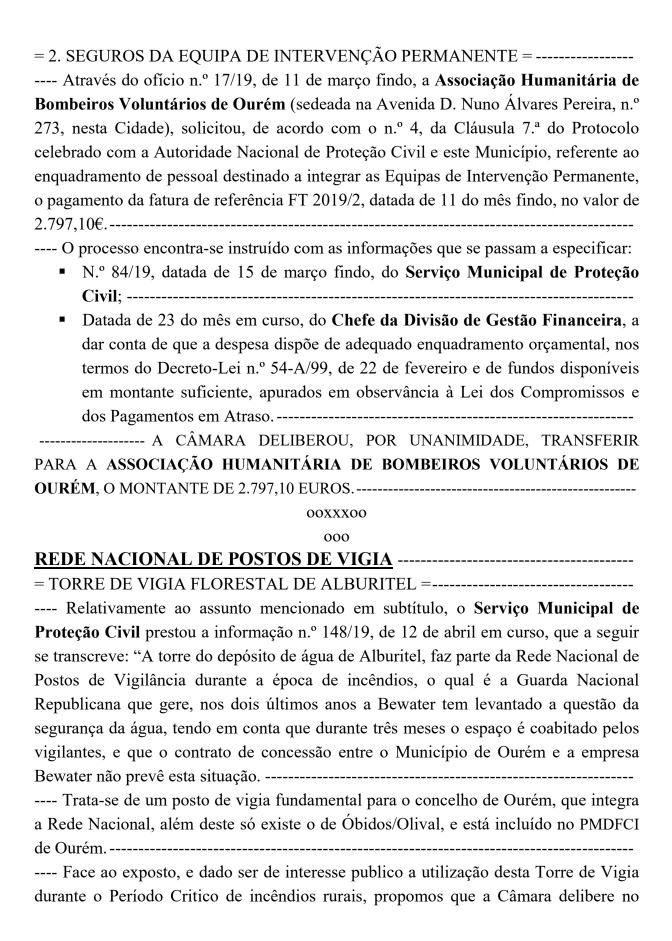
<u>PAGAMENTOS</u> -----

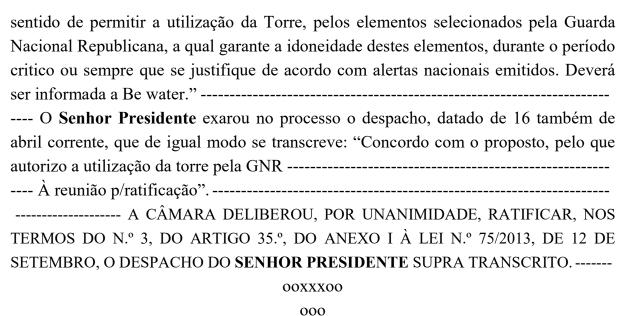
---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 15 e 26 de abril em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.414.331,57€: 1301, 1326 a 1337, 1354 a 1356, 1362 a 1365, 1374, 1376 a 1378, 1385, 1393, 1394, 1396, 1402, 1408 a 1413, 1419 a 1421, 1423 a 1427, 1429, 1435 a 1439, 1444, 1448 a 1452, 1454 a 1457, 1459, 1466 a 1472, 1475 a 1477, 1479 a 1484, 1486, 1487, 1489 a 1495, 1497 a 1500, 1503 a 1519, 1520/1, 1521/1, 1521/2, 1521/3, 1521/4, 1522/1, 1522/2, 1522/3, 1522/4, 1522/5, 1522/6, 1523/1, 1523/2, 1523/3, 1523/4, 1523/5, 1523/6, 1523/7, 1523/8, 1524/1, 1524/2, 1524/3, 1524/4, 1524/5, 1524/6, 1524/7, 1525/1, 1525/2, 1525/3, 1525/4, 1525/5, 1525/6, 1525/7, 1525/8, 1526/1, 1526/2, 1526/3, 1526/4, 1526/5, 1526/6, 1526/7, 1527/1, 1527/2, 1527/3, 1527/4, 1527/5, 1527/6, 1527/7, 1528/1, 1528/2, 1528/3, 1528/4, 1528/5, 1529/1, 1529/2, 1529/3, 1529/4, 1529/5, 1529/6, 1529/7, 1530/1, 1530/2, 1530/3, 1530/4, 1530/5, 1530/6, 1530/7, 1530/8, 1531/1, 1531/2, 1531/3, 1531/4, 1532/1, 1532/2, 1532/3, 1532/4, 1532/5, 1532/6, 1533/1, 1533/2, 1533/3, 1533/4, 1533/5, 1534/1, 1534/2, 1534/3, 1535/1, 1536/1, 1536/2, 1536/3, 1536/4, 1537/1, 1537/2, 1537/3, 1537/4, 1537/5, 1537/6, 1538/1, 1538/2, 1538/3, 1539/1, 1539/2, 1539/3, 1539/4, 1540/1, 1540/2, 1540/3, 1540/4, 1541/1, 1541/2, 1541/3, 1541/4, 1541/5, 1541/6, 1542 a 1545, 1547 a 1551, 1553 a 1570, 1592, 1593, 1602, 1607, 1610, 1614 a 1619, 1624, 1627 e 1635. ------





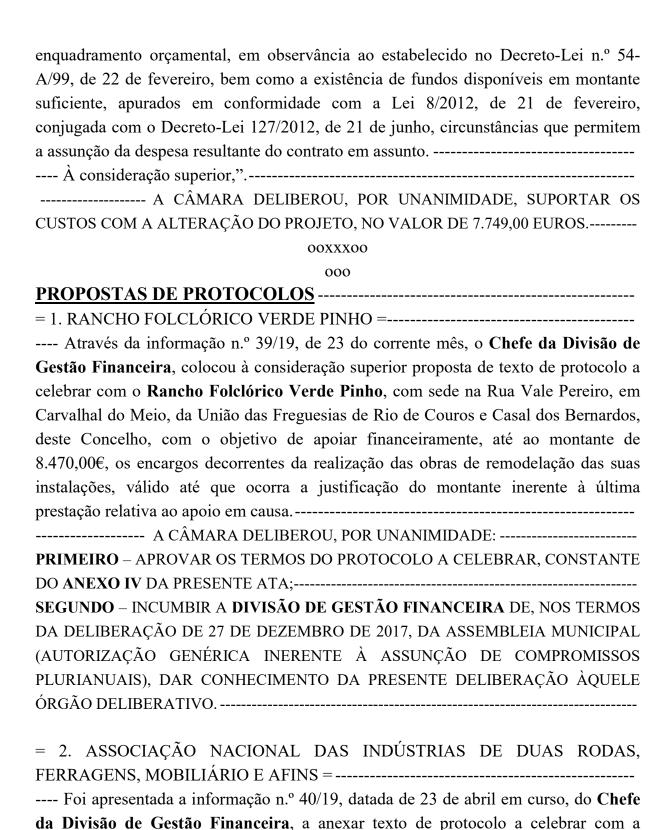




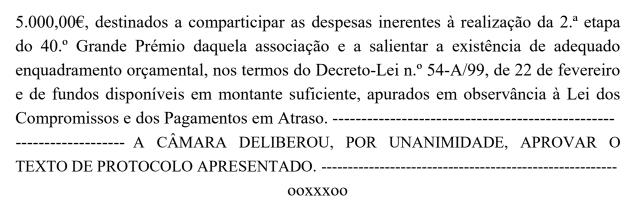


PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO --------- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 7574/2019, de Constantino Meireles Neto, residente na Estrada de Minde, n.º 32, 5.º esquerdo, da Freguesia de deste Concelho, em representação de Patrício Meireles Neto, contrainteressado no processo judicial 444-A/2000, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, relacionado com a legalização das obras levadas a cabo num edificio sito na Avenida dos Pastorinhos, daquela freguesia, que deu origem à emissão do alvará de licença n.º 613/97, a solicitar o ressarcimento do montante de 7.749,00€, porquanto entende não ser da sua responsabilidade os custos inerente à elaboração do respetivo projeto. --------- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira prestou a sua informação n.º 38/19, de 15 do corrente mês, que se passa a transcrever: "No âmbito do Alvará de Obras n.º 613/97 e na sequência do Processo Judicial n.º 444-4/2000 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, que declarou a Nulidade do Processo de Obras n.º 3897/96, compete ao Município de Ourém assumir os encargos decorrentes da regularização/legalização do edificado efetuado tendo por base o alvará que esta autarquia atribuiu. ---------- Consequentemente, vem o requerente solicitar que lhe seja comparticipada a despesa inerente a serviços contratualizados com a entidade Arquihom 2 Arquitectura, Lda, no valor de 7.749 euros, referentes a projetos que foram remetidos ao Município de Ourém. --------- Neste contexto, importa referir que a despesa emergente da eventual

comparticipação integral da despesa apresentada pelo requerente, dispõe de adequado



Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins, com sede na Rua Ramiro Soares de Miranda, em Brejo, do Concelho de Águeda, que visa a atribuição, por parte deste Município, do apoio financeiro de



<u>P073/2018 – AQUISIÇÃO DE VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS</u> EQUIPADA PARA TRANSPORTE DE CANÍDEOS E FELÍDEOS ------

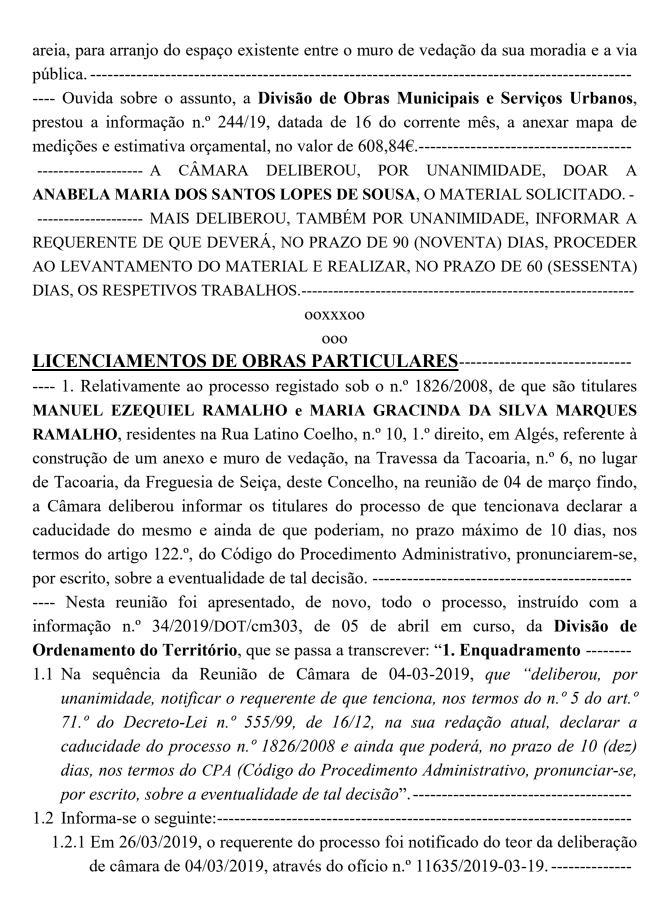
---- No âmbito do procedimento mencionado em epígrafe, na reunião de 04 de março findo, a Câmara deliberou notificar a firma Lizauto - Sociedade Portuguesa de Comércio e Reparação de Automóveis, Limitada, com sede na Rua Dr. Virgílio Vieira da Cunha, em Barruivo, do Concelho de Leiria, de que tencionava aplicar-lhe uma penalização equivalente a cinco dias, no valor de 200,00€/dia, considerando que, as razões por si apresentadas não justificam o atraso de cinco dias na entrega da viatura em questão. Mais foi notificada de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se, por escrito, sobre a eventualidade de tal decisão. ---------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com a informação n.º 164/19, de 16 de abril corrente, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a dar conta de que a firma notificada não se pronunciou dentro do prazo concedido para o efeito. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APLICAR À FIRMA LIZAUTO - SOCIEDADE PORTUGUESA DE COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS, LIMITADA, UMA PENALIZAÇÃO EQUIVALENTE A CINCO DIAS, NO VALOR DE 200,00€/DIA. -----

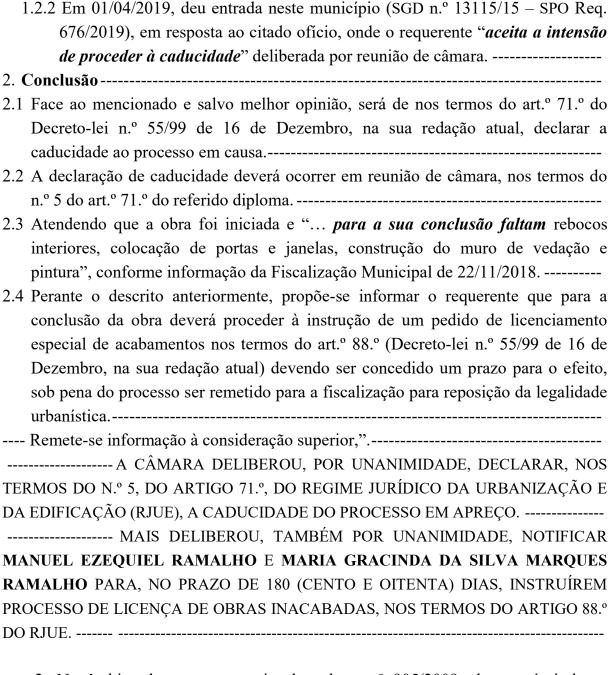
ooxxxoo

000

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE CALÇADA -----

---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 7258/2019, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, a anexar requerimento de **Anabela Maria dos Santos Lopes de Sousa**, residente na Rua da Cortada, n.º 10, em Olival, daquela união de freguesias, deste Concelho, a solicitar a cedência de 80 m² de calçada, pó de pedra, cimento e



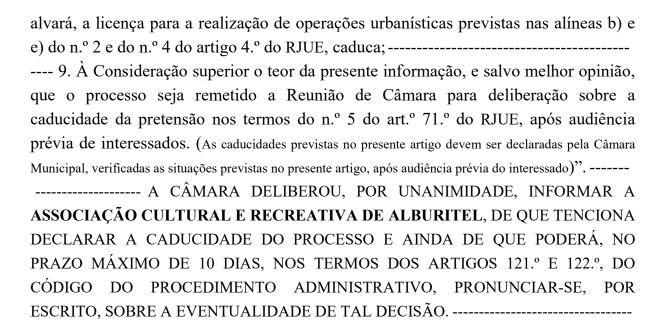


---- 2. No âmbito do processo registado sob o n.º 905/2009, de que é titular a **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE ALBURITEL**, sedeada na Rua dos Moinhos, da Freguesia de Alburitel, deste Concelho, relativo ao pedido de licença para construção de um edifício destinado a Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, num terreno sito em Quebradas, na Estrada Nacional 113, da dita freguesia, foi apresentada a informação n.º 164/2019/DOT/cm1282, de 09 de abril em curso, da **Divisão de Ordenamento do Território**, que a seguir se transcreve: "1. A 14/04/2009, deu entrada pedido de licenciamento para construção de um edifício para

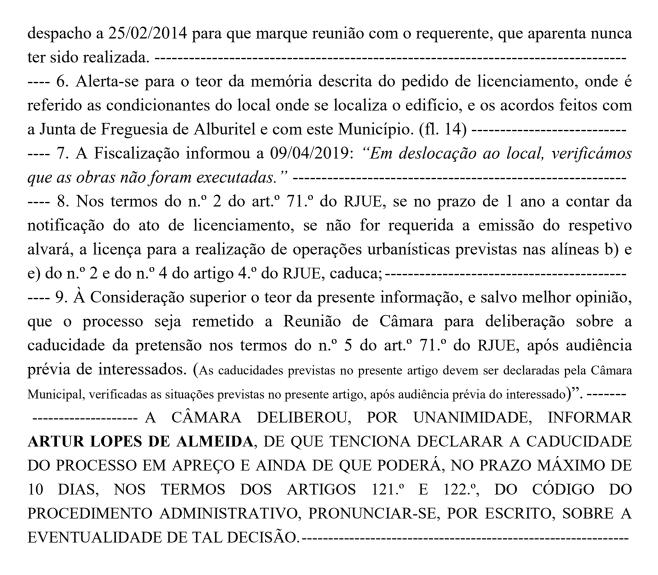


o uso de lar de idosos, centro de dia e apoio domiciliário, com pareceres favoráveis da Segurança Social; ANPC e Centro de Saúde, sendo que o projeto de arquitetura foi aprovado a 17/04/2009 por despacho do Exmo. Sr. Presidente Vítor Frazão. A requerente é informada pelo oficio n.º 5812 de 21/04/2009, tendo um prazo de 6 meses a terminar a 22/10/2009 para entregar os projetos de especialidades.--------- 2. A 06/10/2009, a requerente solicita a prorrogação por mais 3 meses para entregar os projetos de especialidades, sendo esta prorrogação concedida por despacho do Exmo. Sr. Presidente Vítor Frazão de 30/11/2009. A 25/03/2011, é solicitado informação à Fiscalização sobre o estado da obra, tendo os mesmos informado que "as obras em causa ainda não foram iniciadas." Por despacho da Sra. Vereadora Lucília Vieira a 11/04/2011, é dada intenção de declarar a caducidade da pretensão por falta de entrega dos projetos de especialidades A requerente é informado pelo oficio n.º 3541 de 14/04/2011. Em resposta a ACRA informa que está pendente de apoio comunitário dos programas QREN para execução do projeto e elaboração dos projetos de especialidades no valor de 50 mil €, sendo concedida nova prorrogação por mais 60 dias, por despacho da Sra. Vereadora Lucília Vieira de 24/05/2011. A 17/08/2011, a requerente solicita mais uma prorrogação de prazo de 45 dias devido ao atraso na emissão de pareceres das entidades externas. Após consulta a entidades externas, nomeadamente às Estradas de Portugal, é solicitado à requerente que cumpra com o solicitado nos pareceres externos, e que entregue as especialidades com celeridade, sendo informada pelo oficio n.º 13696 se 30/12/2011. --------- 3. A 10/08/2012, a requerente apresenta os projetos de especialidades, sendo o processo deferido a 22/04/2013 por despacho do Sra. Vereadora Lucília Vieira. O requerente é informado pelo ofício n.º 4034 de 08/05/2013, tendo a pagar o valor de 16.922,08€. O prazo para requerer a emissão do alvará terminou a 08/05/2014. --------- 4. A 25/02/2014, é concedida a prorrogação excecional de prazo, nos termos do n.º 3 do art.º 1 do Decreto-Lei n.º 120/2013 de 21/08, passando o prazo para requerer a licença a terminar a 08/05/2015.--------- 5. O prazo para requerer a emissão do alvará de obras terminou a 08/05/2015; --------- 6. O requerente não solicitou prorrogação do prazo para emissão de alvará, nos termos do n.º 2 do art.º 76 do RJUE; --------- 7. A Fiscalização informou a 09/04/2019: "Em deslocação ao local, verificámos que as obras não foram iniciadas."---------- 8. Nos termos do n.º 2 do art.º 71.º do RJUE, se no prazo de 1 ano a contar da notificação do ato de licenciamento, se não for requerida a emissão do respetivo

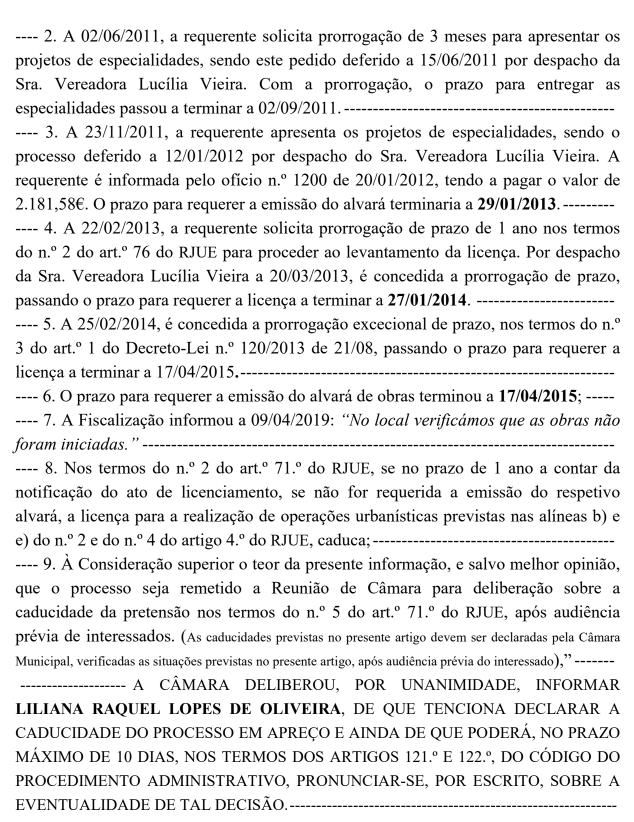




---- 3. No âmbito do processo registado sob o n.º 1092/2010, de que é titular ARTUR LOPES DE ALMEIDA, residente na Estrada das Fontainhas, n.º 15, da Freguesia de Alburitel, deste Concelho, referente ao pedido de licença para reconstrução da informação moradia, sita referida foi apresentada na morada, 168/2019/DOT/cm1282, de 12 de abril em curso, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se transcreve: "1. A 05/07/2010, deu entrada pedido de licenciamento para reconstrução de moradia unifamiliar, sendo que o projeto de arquitetura foi aprovado a 30/12/2010 por despacho da Sra. Vereadora Lucília Vieira. O requerente é informado pelo ofício n.º 19 de 04/01/2011, tendo um prazo de 6 meses a terminar a 05/07/2011 para entregar os projetos de especialidades.--------- 2. A 19/07/2011, o requerente apresenta os projetos de especialidades, sendo o processo deferido a 25/07/2011 por despacho do Sra. Vereadora Lucília Vieira. O requerente é informado pelo oficio n.º 7968 de 29/07/2011, tendo a pagar o valor de 1.027,53€. O prazo para requerer a emissão do alvará terminaria a 01/08/2012.--------- 3. A 17/07/2012, o requerente solicita prorrogação de prazo de 1 ano nos termos do n.º 2 do art.º 76 do RJUE para proceder ao levantamento da licença. Por despacho da Sra. Vereadora Lucília Vieira a 26/07/2012, é concedida a prorrogação de prazo, passando o prazo para requerer a licença a terminar a 05/08/2013. --------- 4. O prazo para requerer a emissão do alvará de obras terminou a 05/08/2013; --------- 5. A 04/12/2013, é elaborada informação interna para informar sobre a caducidade do prazo para requerer a licença, tendo a Sra. Vereadora Lucília Vieira, proferido



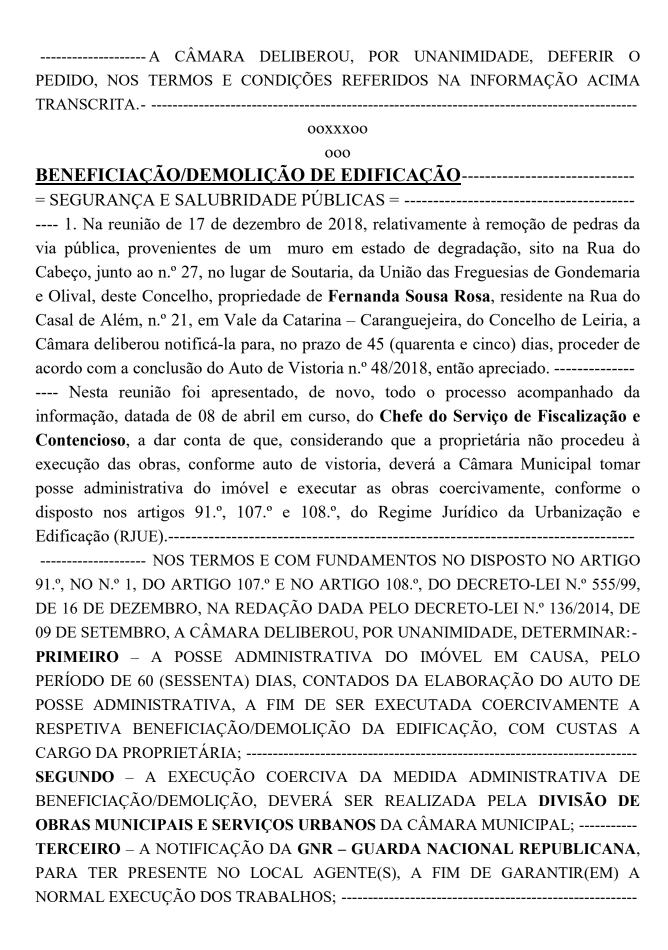




<u>PEDIDO DE DESTAQUE</u> ---------- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 1974/2018, de ANA MARIA PONTES LIBERAL, residente na Rua Manuel Tuna, n.º 10, na localidade de Valongo, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste Concelho, a solicitar que do prédio, sito na referida rua, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 474 e inscrito na matriz predial urbana daquela união de freguesias sob o artigo n.º 745, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 1053 m², ficando a confrontar a norte com Maria Goreti Pontes Marques e outros, a sul e a nascente com estrada e a poente com Ana Maria Pontes Liberal. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 77/2019/DOT/cm1151, de 22 de março findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se transcreve: "1. Da pretensão ------1.1 Trata-se de um pedido de destaque, dentro do perímetro urbano, do qual resultam duas parcelas conforme informação da DOT-SIG: ------· parcela a destacar: 1053m2;-----· parcela sobrante: 917m2. -----1.2 A pretensão localiza-se na rua Manuel Tuna, lugar de Valongo – Ribeira do Fárrio, freguesia de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais. -----2. Da junção de elementos ----n.º 2.1 No seguimento das informações 380/2018/DOT/cm1151 n.º 38/2019/DOT/cm1151, do despacho de 15.2.2019 e do oficio n.º 7928/2019 de 21.2.2019 (fls. 36-38), a requerente procedeu a junção de elementos (fls. 40-42).--2.2 Quanto ao ponto 5.3 da informação n.º 380/2019/DOT/cm1151 ['5.3. Deve indicar os alvarás de construção e de utilização ou prova de isenção de licenciamento das construções existentes na parcela'], a requerente informa que 'os elementos entregues inicialmente com o pedido de destaque partiram de um levantamento topográfico de 2008, que se encontrava desatualizado (...). No levantamento topográfico atualizado entregue a 29 de janeiro de 2019, a parcela a destacar não tem representados os anexos, uma vez que os edificios que lá se encontravam ruíram com o passar dos anos, não se encontrando lá qualquer edifício de momento' (fls. 12, 41-42). -----3. Conclusão --------- Coloca-se à consideração o ponto 5.2. -----

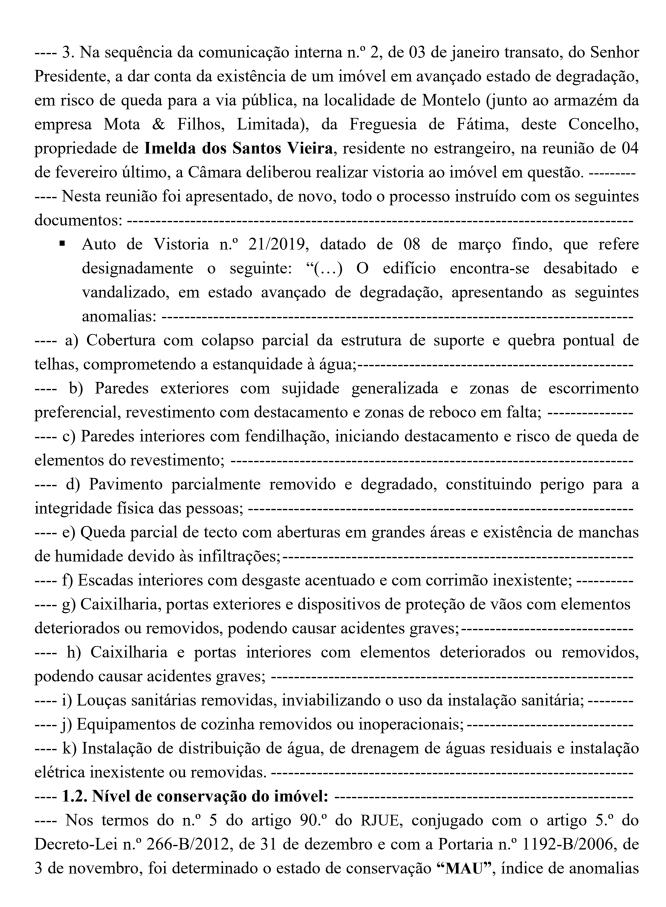
---- À consideração superior." ------

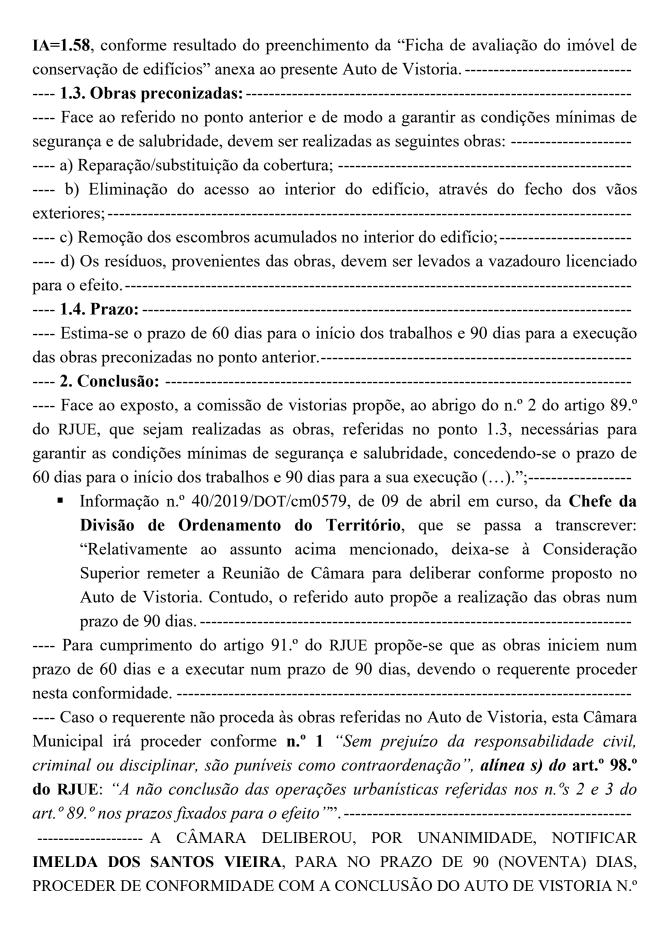


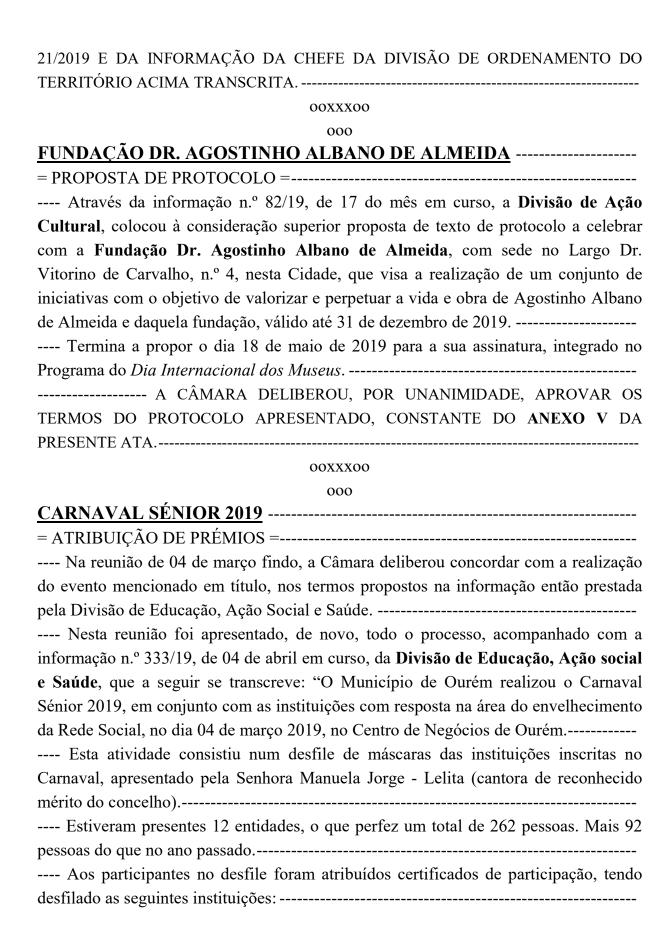




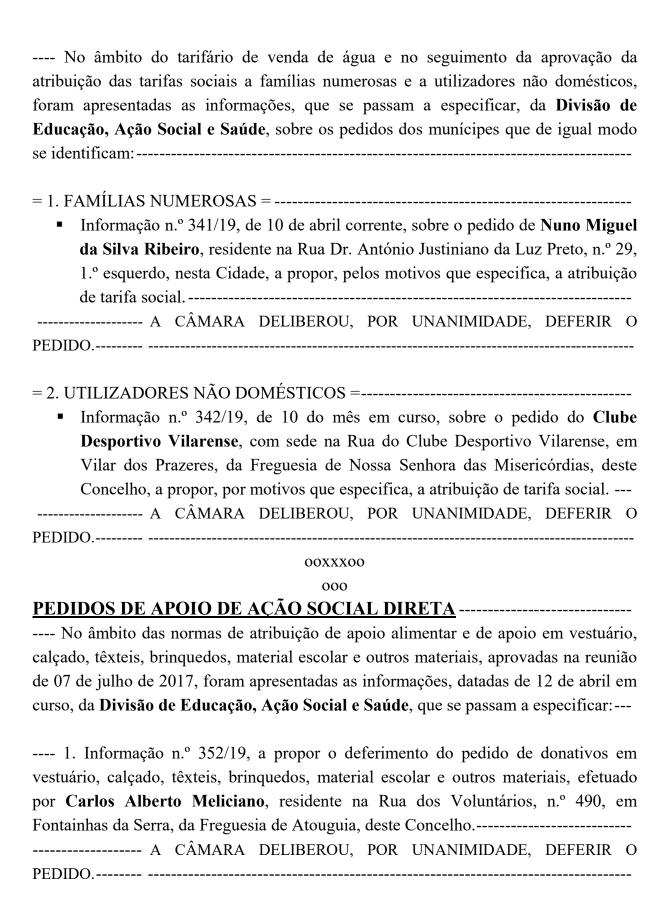
QUARTO – A NOTIFICAÇÃO IMEDIATA DA MUNÍCIPE FERNANDA SOUSA ROSA DO TEOR DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, ADVERTINDO-A DE QUE EVENTUAL OBSTRUÇÃO À EXECUÇÃO DA PRESENTE ORDEM, ENQUANTO MEDIDA DE TUTELA DA LEGALIDADE URBANÍSTICA, A FAZ INCORRER EM CRIME DE DESOBEDIÊNCIA, PREVISTO PELO ARTIGO 348.º, DO CÓDIGO PENAL E PUNIDO COM PENA DE PRISÃO OU MULTA, APLICÁVEL POR VIA DO N.º 1, DO ARTIGO 100.º, CONJUGADO COM O ARTIGO 107.º, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, NA REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 136/2014, DE 09 DE SETEMBRO.---

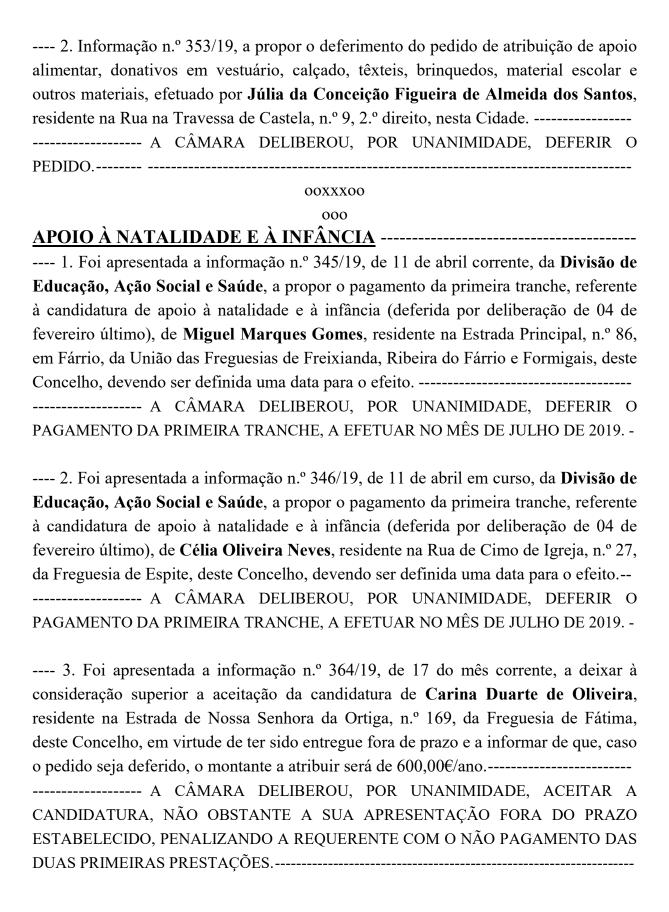


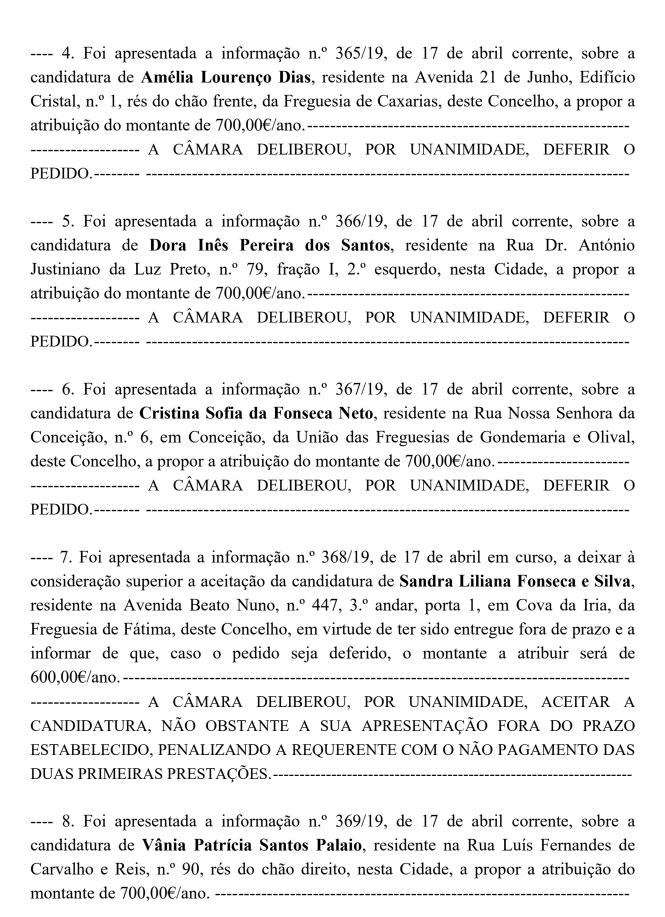


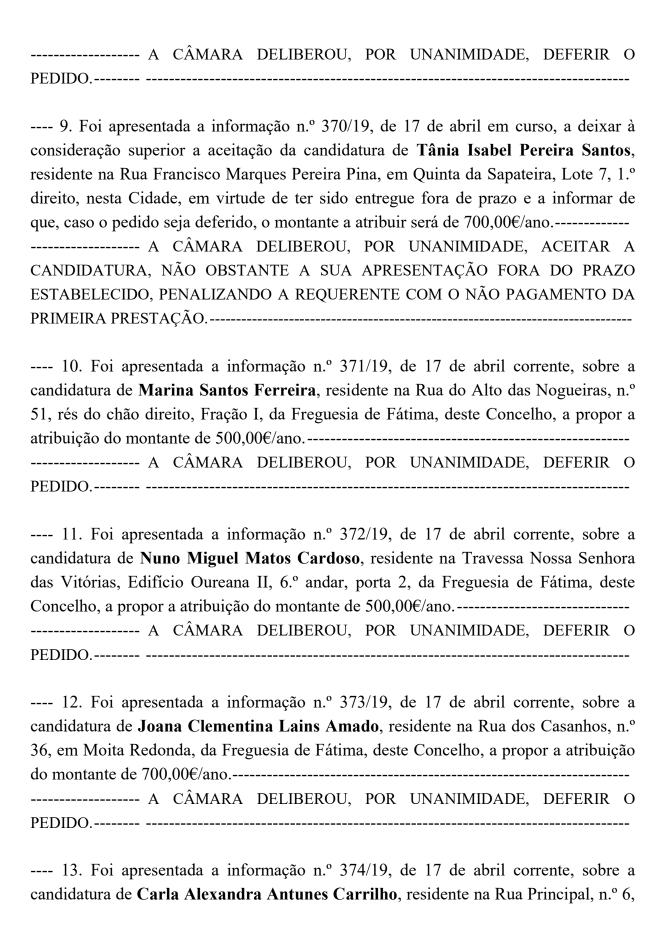


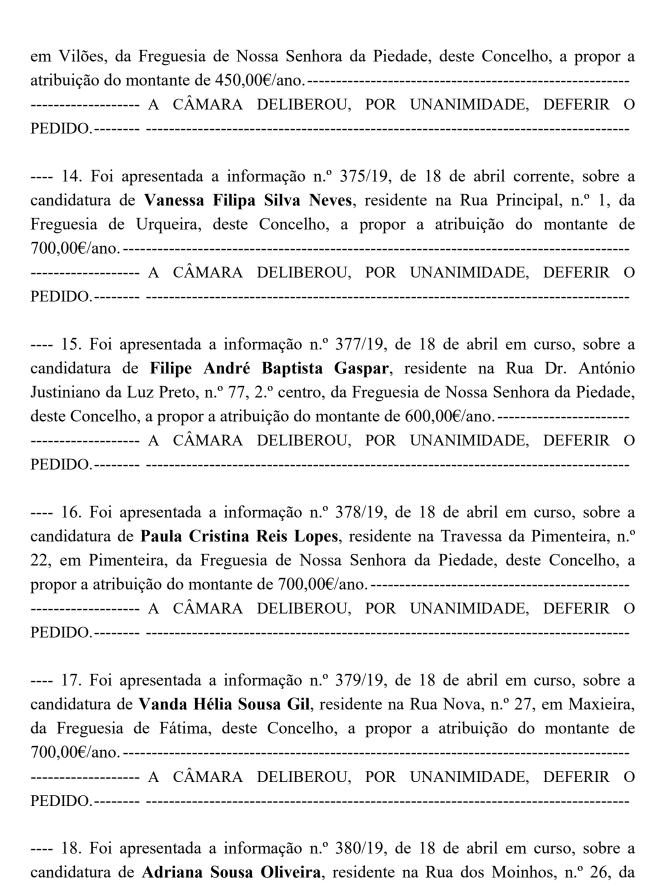
• APDAF Sénior
Centro de 3.ª Idade de Gondemaria
• Centro de Apoio a Pessoas Idosas – Jorge Alves
• Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Jorge da Granja
Centro de Apoio Social de Olival
Centro Bem-Estar de Bairro
Centro Social Paroquial S. João Baptista de Espite
Centro Social de Matas
Fundação Arca da Aliança
• Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida
• Lar Santa Beatriz da Silva
Santa Casa Misericórdia Fátima-Ourém
Na sequência do aprovado, por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de
Ourém de 04 e março de 2019 está previsto um prémio monetário às instituições que
participaram no desfile, sendo o seu valor global de 1.500,00€. No entanto duas das
entidades participantes são entidades com fins lucrativos, não sendo possível à
autarquia dar este tipo de apoio monetário
Face ao exposto e ao enquadramento orçamental disponível, propõe-se que seja
distribuído o valor do prémio monetário apenas pelas instituições sem fins lucrativos
que participaram, designadamente: APDAF Sénior; Centro de 3.ª Idade de
Gondemaria; Centro de Apoio Social de Olival; Centro Bem-Estar de Bairro; Centro
Social Paroquial S. João Baptista de Espite; Centro Social de Matas; Fundação Arca da
Aliança; Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida; Lar Santa Beatriz da Silva e
Santa Casa Misericórdia Fátima-Ourém
À consideração superior."
Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no
processo uma informação, datada de 16 também do corrente mês, a salientar a
existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-
A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em
observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR
COM O PROPOSTO
ooxxxoo
000
TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA
= PEDIDOS DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL =

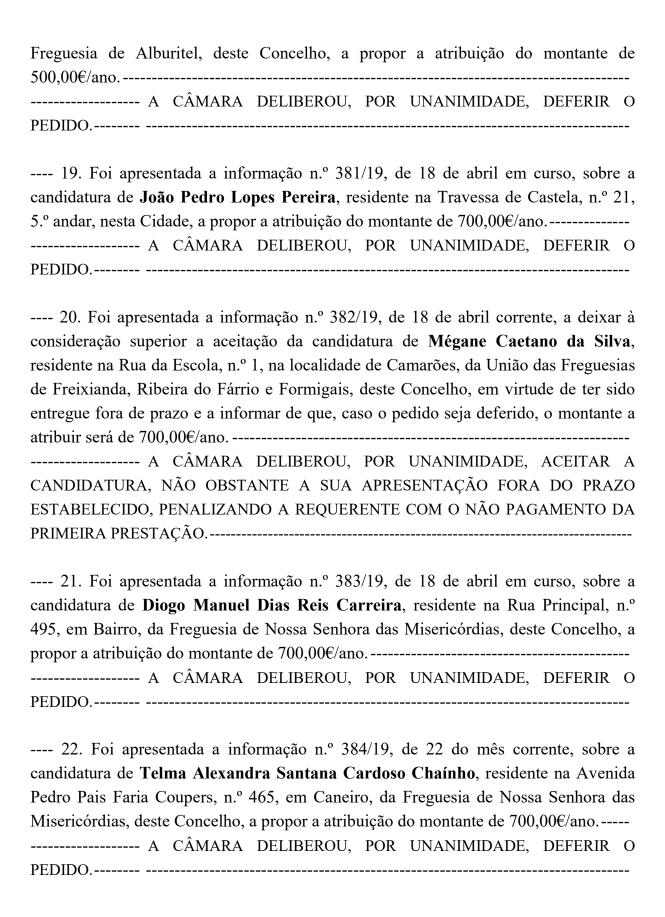


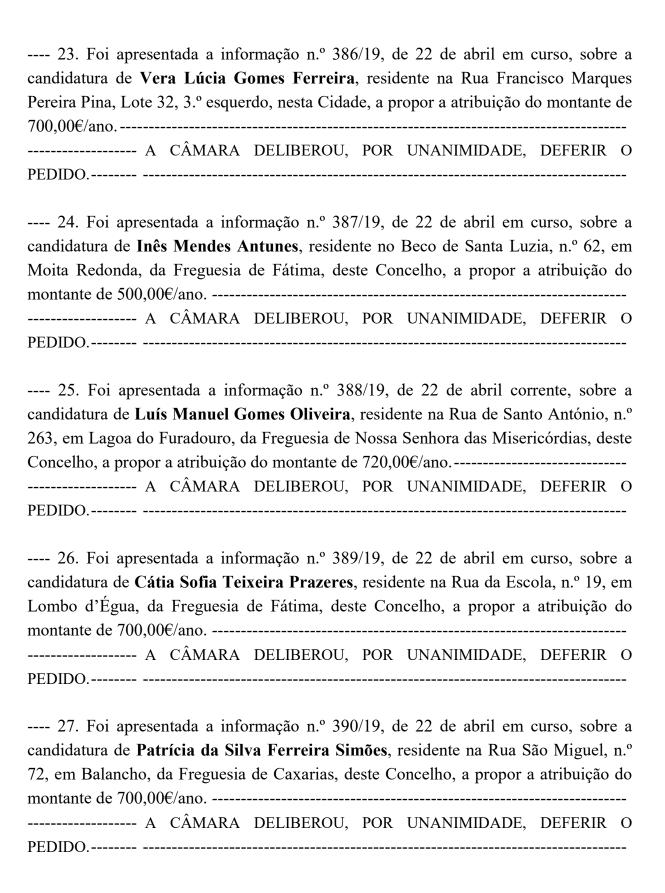


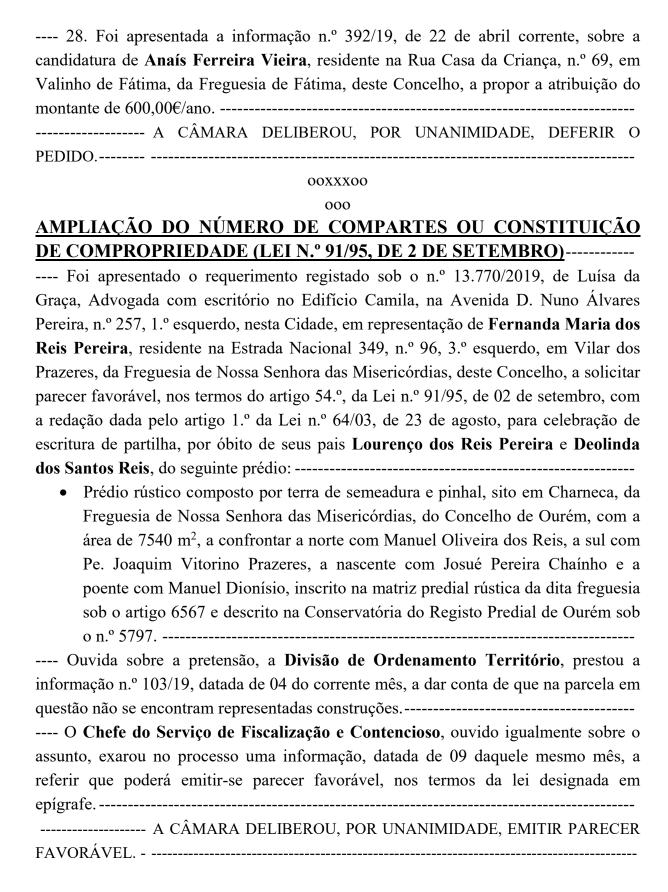






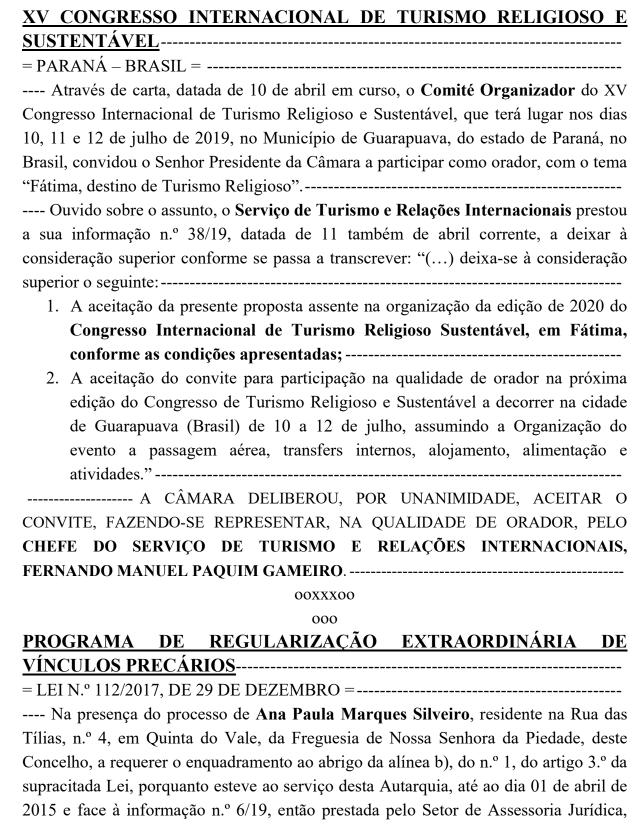








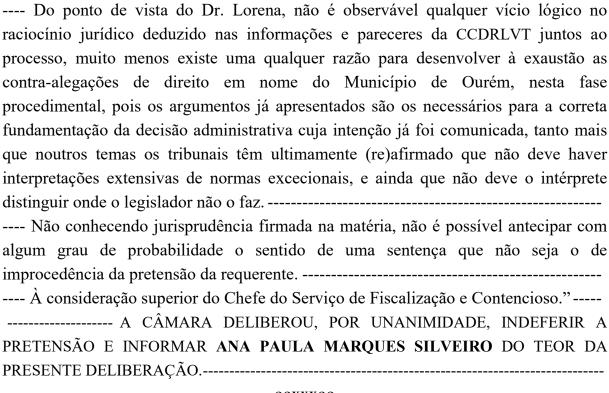
ooxxxoo





---- Do processo fazem também parte, os documentos que se passam a especificar: ----

Informação n.º 15/19, datada de 12 do corrente mês, do **Setor de Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações**, a apresentar sinopse do memorando daquela sociedade de advogados, que a seguir se reproduz na íntegra: "A figura do agente putativo, invocada nas pronúncias, constitui uma nova pretensão que não foi nem tinha que ser tratada na instrução do processo. E, não tendo a recente Lei n.º 112/2017, de 29/12, regulado esta figura como um dos fundamentos de acesso à função pública, é de antever que um órgão administrativo considere não ter atribuição/competência para reconhecer esse tipo de alegados direitos, até por se tratar de matéria de reserva jurisdicional. ---



ooxxxoo

000

MERCADO MUNICIPAL MANUEL PRAZERES DURÃO-----= OCUPAÇÃO DE LOJAS E BANCAS = --------- Na reunião de 07 de janeiro de 2019, em deliberação com título idêntico à presente, a Câmara deliberou proceder à abertura de concurso para o direito de ocupação de lojas e bancas do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, conforme proposto e pelos valores base definidos na informação n.º 235/18, então prestada pelo Setor de Apoio e Informação ao Consumidor e Licenciamentos não Urbanísticos, Cemitério e Casa Mortuária, pelo período de 5 (cinco) anos. --------- Mais deliberou designar como elementos da Comissão de abertura e análise de propostas, o Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso, Vítor Manuel de Sousa Dias, o Técnico superior António Jacinto Afonso Santos Costa e o Coordenador Técnico Manuel Antunes de Figueiredo. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado com a ata n.º 2, datada de 23 de abril corrente, da citada comissão, referente à análise das propostas apresentadas e à ordenação final definitiva dos concorrentes. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM A ATA N.º 2, DA COMISSÃO DE ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS.----



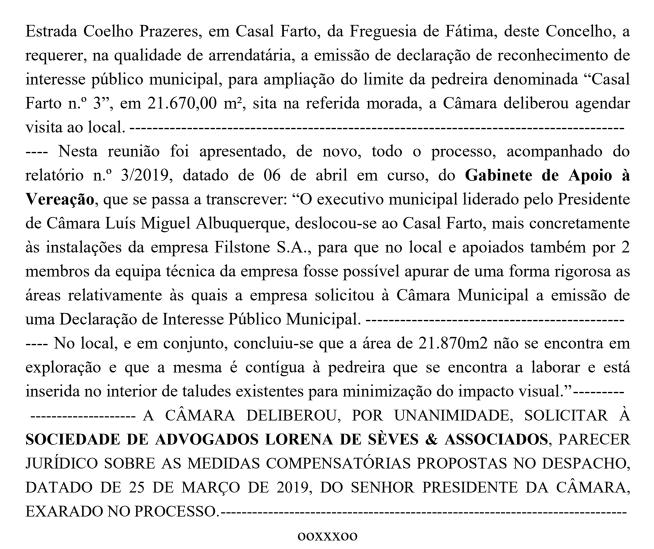
000

PEDIDOS DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL-----

---- 1. Na presença do requerimento registado sob o n.º 21.294/2017, da firma

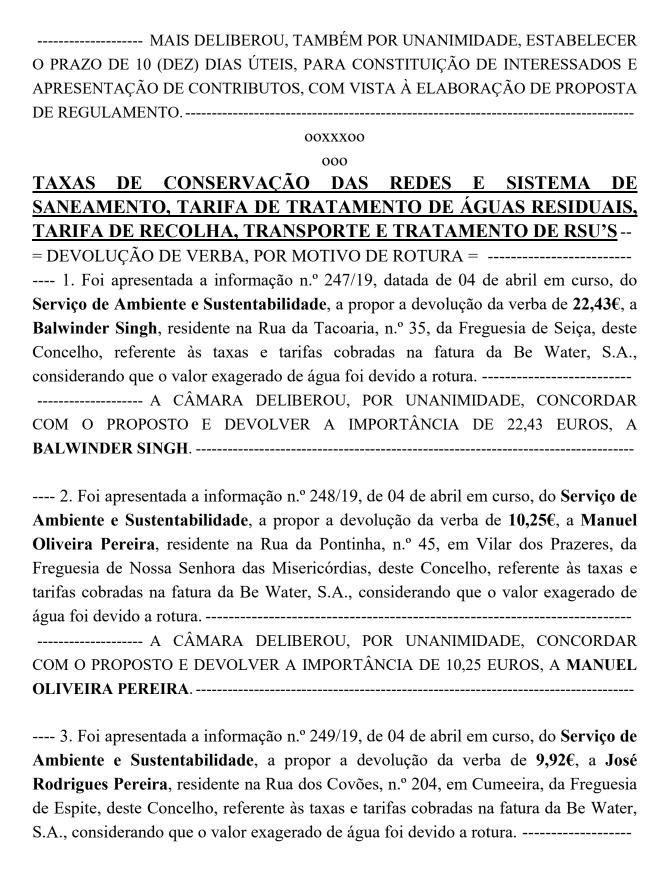
ROVIGASPARES – Extração e Transformação de Mármores e Rochas e Afins, Limitada, com sede na Rua de Santo António, em Pé da Pedreira, da Freguesia de Alcanede, do Concelho de Santarém, a requer a emissão de declaração de reconhecimento de interesse público municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, para instruir pedido de regularização do projeto de ampliação da pedreira n.º 6384, denominada "Casal Farto n.º 2", sita em Casal Farto, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, na reunião de 01 de abril em curso, a Câmara deliberou agendar visita ao local. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado do relatório n.º 4/2019, datado de 06 de abril em curso, do Gabinete de Apoio à Vereação, que se passa a transcrever: "O executivo municipal liderado pelo Presidente de Câmara Luís Miguel Albuquerque, deslocou-se ao Casal Farto, para que no local fosse possível apurar de uma forma rigorosa as áreas relativamente às quais a empresa solicitou à Câmara Municipal a emissão de uma Declaração de Interesse Público Municipal. --------- No local, e em conjunto, concluiu-se que a área de 5.440 m2 não se encontra em exploração e que a mesma é contígua à pedreira que se encontra a laborar e está inserida no interior de taludes existentes para minimização do impacto visual."---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À SOCIEDADE DE ADVOGADOS LORENA DE SÈVES & ASSOCIADOS, PARECER JURÍDICO SOBRE AS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PROPOSTAS NO DESPACHO, DATADO DE 25 DE MARÇO DE 2019, DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, EXARADO NO PROCESSO.-----

---- 2. Na reunião de 01 de abril em curso, relativamente ao requerimento registado sob o n.º 8491/2019, da firma FILSTONE – Comércio de Rochas, S.A., com sede na

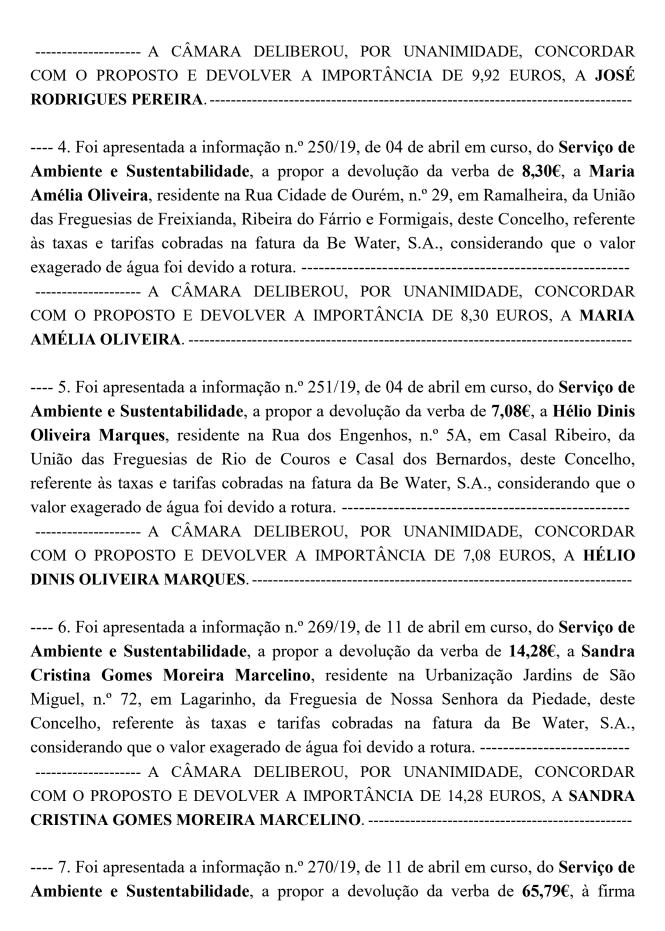


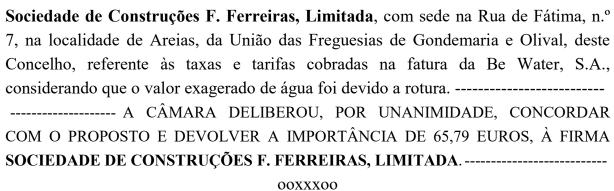
PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE "REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS" -----











000

PROJETO DE "PLANO DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE INCLUSIVA DO CENTRO URBANO DE FÁTIMA" -----Sobre o assunto sunta mencionado o Servico de Projetos Técnicos prestou a

2 Soore o assumo supra meneronado, o serviço de Trojetos Techneos presion a
informação n.º 254, datada de 23 de abril corrente, que na presente reunião foi
apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "Em resposta ao solicitado no
despacho da Srª Chede de Serviços do SPT e em conformidade com o acordado nas
reuniões realizadas coma Sr Vereadora, Chefe Divisão DAFCE e Chefe de Serviço
SPT, anexa-se ante projeto do Plano de Mobilidade e Acessibilidade Inclusiva do
Centro Urbano de Fátima
Com este ante projeto, pretende-se, resumidamente requalificar todas as
passadeiras existentes dentro da área de intervenção delimitada pelas Avenidas D. José
Alves Correia da Silva e Avenida Beato Nuno, com equipamentos e com materiais
tácteis, de modo a garantir a acessibilidade e a mobilidade a todas as pessoas,
incluindo as com mobilidade condicionada
Esta intervenção incidirá sobre as 130 passadeiras existente nesta área de
intervenção, de modo adotá-las ás condições exigidas pelo D. L. 163/2006, de 8 de
agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos Lei nº 136/2014, de 9 de
setembro e 125/2017, de 4 outubro
Esta intervenção consiste, resumidamente em:
1º Demolição da zona dos passeios adjacentes ás passadeiras
2º Execução de novos lancis respeitando as normas técnicas estipuladas no D.

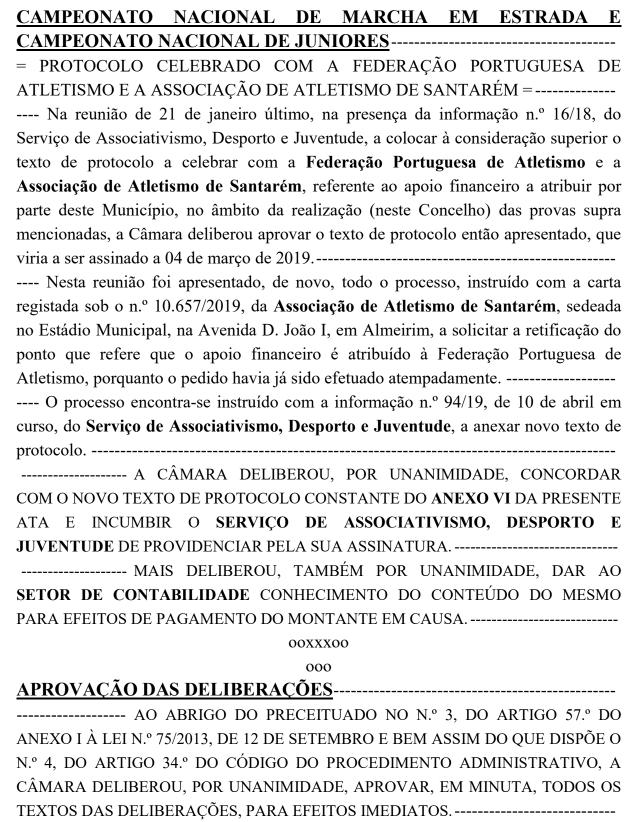
- L. 163/2006, de 8 de agosto. -----3º Execução de passeio em zona de alerta com pavimento táctil em ladrilho cerâmico 20x20, pitonado, cor cinza claro, tipo "Kerabrille" ------
- 4º Execução de faixa direcional em pavimento táctil em ladrilho cerâmico 20x20, linha guia, cor cinza claro, tipo "Kerabrille";-----

5º Pintura da passadeira com tinta termoplástica de acordo com o definido em
Caderno de Encargos
6º Colocação de nova sinalização vertical
7º Sempre que pavimento betuminoso existente esteja degradado e/ou em más
condições de conservação, o mesmo será substituído por nova camada de desgaste,
após remoção do existente por fresagem
8 ° como medidas de COMBATE Á SINISTRALIDADE, prevê-se a
Implementação de 3 medidas adicionais, para além dos requisitos mínimos
impostos pela legislação:
8.1 Em sete passadeiras da Avenida Beato Nuno (nºs 79, 82, 88, 95, 106, 109 e
118) serão instalados marcadores luminosos de Pavimento com tecnologia LED,
alimentados por painel fotovoltaico
8.2 Prevê-se aplicação de um pavimento tecnológico, à base de borracha, com
soluções de segurança rodoviária, que permite a geração de energia, eficiência
energética e sobretudo permite a gestão de cidades mais inteligentes
Este sistema será aplicado na zona de aproximação á passadeira nº 85
(Avenida Beato Nuno), de modo a impedir e controlar o excesso de velocidade
frequente na aproximação desta passadeira, motivado pelo traçado reto
associado a um plano inclinado. Basicamente este pavimento extrai a energia
cinética aos veículos sem o condutor travar reduz a velocidade em zonas
estratégicas, como as passadeiras, para 30 km/hora. Depois a energia cinética
extraída é transformada em energia elétrica, para iluminar as passadeiras, os
locais de passagem, carregar bicicletas elétricas
8.3 Prevê-se o alteamento das passadeiras nº 33 (Mercado de Fátima) e nº 50
(Pracetas Norte) associadas a LRV (Lomba Redutora de velocidade) / passadeiras
elevadas funcionando como medida de acalmia de tráfego na zona
Em conformidade com o mapa de quantidades e a estimativa Orçamental o custo
estimado dessa intervenção é de 408.690,75€, acrescido de IVA
Propõe-se
- Aprovação Superior do ante projeto do Plano de Mobilidade e Acessibilidade
Inclusiva do Centro Urbano de Fátima, em anexo
- Remeter todo este processo á DAFCE para instrução de candidatura
À consideração Superior."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O ANTE
PROJETO APRESENTADO



ooxxxoo

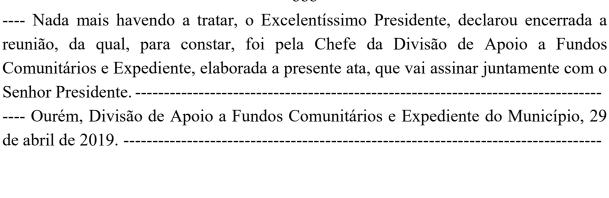
000





ooxxxoo

000



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 29/04/2019

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 15 de abril de 2019.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém:
 - 1. Seguro do veículo de comando e comunicações (96-03-PR) Oficio n.º 3/19, de 04 de fevereiro transato, da associação;
 - 2. Seguros da Equipa de Intervenção Permanente Ofício n.º 17/19, datado de 11 de março findo, da associação;
- = Rede Nacional de Postos de Vigia Torre de vigia florestal de Alburitel Informação n.º 148/19, datada de 12 do mês corrente, do Serviço Municipal de Proteção Civil.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Pedido de indemnização Requerimento registado sob o n.º 7574/2019, de Constantino Meireles Neto, em representação de Patrício Meireles Neto;
- = Propostas de protocolos:
 - 1. Rancho Folclórico Verde Pinho Informação n.º 39/19, datada de 23 de abril em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
 - 2. Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins Informação n.º 40/19, de 23 de abril em curso, do Chefe da DGF.

2.1. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

= P073/2018 - Aquisição de viatura ligeira de mercadorias equipada para transporte de canídeos e felídeos - Informação n.º 164/19, de 16 de abril em curso, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

= Pedido de cedência de calçada - Carta registada sob o n.º 7258/2019, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, a remeter requerimento de Anabela dos Santos Lopes de Sousa.

4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

= Licenciamentos de obras particulares:



- 1. Processo registado sob o n.º 1826/2008, de Manuel Ezequiel Ramalho, instruído com a informação n.º 34/2019/DOT/cm303, de 05 de abril corrente, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT;
- Processo registado sob o n.º 905/2009, da Associação Cultural e Recreativa de Alburitel, instruído com a informação n.º 164/2019/DOT/cm1282, de 09 de abril em curso, da DOT;
- 3. Processo registado sob o n.º 1092/2010, de Artur Lopes de Almeida, instruído com a informação n.º 168/2019/DOT/cm1282, de 12 de abril corrente, da DOT;
- 4. Processo registado sob o n.º 1307/2010, de Liliana Raquel Lopes de Oliveira, instruído com a informação n.º 169/2019/DOT/cm1282, de 12 de abril corrente, da DOT;
- = Pedido de destaque Requerimento registado sob o n.º 1974/2018, de Ana Maria Pontes Liberal, instruído com a informação n.º 77/2019/DOT/cm1151, de 22 de março findo, da DOT;
- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas:
 - 1. Informações n.º 140/2019/DOT/cm1282, de 21 de março findo, da DOT e datada de 08 de abril em curso, do Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso (SFC);
 - Comunicação interna, n.º 38, subscrita pelo Senhor Presidente, instruída com as informações n.º 249/19, de 08 de abril em curso, da Secção de Fiscalização e n.º 65/2019/2019/DOT, de 15 também de abril em curso, da DOT;
 - 3. Informação n.º 40/2019/DOT/cm0579, de 09 do corrente mês, da Chefe da DOT, a anexar o Auto de 21/2019.

5. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

= Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida – Proposta de protocolo – Informação n.º 82/19, de 17 de abril em curso, da Divisão de Ação Cultural.

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Carnaval Sénior 2019 Atribuição de prémios Informação n.º 333/19, de 04 de abril em curso, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS);
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social:
 - 1. Famílias numerosas Informação n.º 341/19, de 10 de abril corrente, da DEASS;
 - 2. Utilizador não doméstico Informação n.º 342/19, de 10 de abril em curso, da DEASS;
- = Pedidos de Apoio de Ação Social Direta:
 - 1. Informação n.º 352/19, de 12 de abril em curso, da DEASS;
 - 2. Informação n.º 353/19, de 12 de abril em curso, da DEASS;
- = Apoio à natalidade e à infância:
 - 1. Informação n.º 345/19, de 11 de abril corrente, da DEASS;
 - 2. Informação n.º 346/19, de 11 de abril corrente, da DEASS;
 - 3. Informação n.º 364/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 4. Informação n.º 365/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 5. Informação n.º 366/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 6. Informação n.º 367/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 7. Informação n.º 368/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 8. Informação n.º 369/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 9. Informação n.º 370/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 10. Informação n.º 371/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 11. Informação n.º 372/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
 - 12. Informação n.º 373/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;



- 13. Informação n.º 374/19, de 17 de abril corrente, da DEASS;
- 14. Informação n.º 375/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 15. Informação n.º 377/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 16. Informação n.º 378/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 17. Informação n.º 379/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 18. Informação n.º 380/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 19. Informação n.º 381/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 20. Informação n.º 382/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 21. Informação n.º 383/19, de 18 de abril corrente, da DEASS;
- 22. Informação n.º 384/19, de 22 de abril corrente, da DEASS;
- 23. Informação n.º 386/19, de 22 de abril corrente, da DEASS;
- 24. Informação n.º 387/19, de 22 de abril corrente, da DEASS;
- 25. Informação n.º 388/19, de 22 de abril corrente, da DEASS;
- 26. Informação n.º 389/19, de 22 de abril corrente, da DEASS;
- 27. Informação n.º 390/19, de 22 de abril corrente, da DEASS;
- 28. Informação n.º 392/19, de 22 de abril corrente, da DEASS.

7. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

7.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

= Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade – Requerimento registado sob o n.º 13.770/2019, da Solicitadora Luísa da Graça, em representação de Fernanda Maria dos Reis Pereira, sobre prédio sito em Charneca – Freguesia de Nossa Senhora da Misericórdias.

8. SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

= XV Congresso Internacional de Turismo Religioso e Sustentável – Paraná – Brasil – Informação n.º 38/19, datada de 11 de abril em curso, do Serviço de Turismo e Relações Internacionais.

9. SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Programa de regularização extraordinária de vínculos precários Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro Processo registado sob o n.º 4633/2018, de Ana Paula Marques Silveiro, instruído com a informação n.º 15/19, de 12 de abril em curso, do Setor de Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações;
- = Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão Ocupação de Lojas e Bancas Informação n.º 99/19, de 23 de abril corrente, do Setor de Apoio ao Consumidor, Licenciamentos não Urbanísticos, Cemitério e Casa Mortuária.

10. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedidos de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 21.294/2017, da empresa ROVIGASPARES Extração e Transformação de Mármores e Rochas Afins, Limitada;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 8491/2019, da firma Filstone Comércio de Rochas, S.A.;
- = Proposta de elaboração de "Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Abandonados" Informação n.º 243/19, de 04 do corrente mês, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);



- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - 1. Informação n.º 247/19, de 04 do mês em curso, do SAS;
 - 2. Informação n.º 248/19, de 04 do mês em curso, do SAS;
 - 3. Informação n.º 249/19, de 04 do mês em curso, do SAS;
 - 4. Informação n.º 250/19, de 04 do mês em curso, do SAS;
 - 5. Informação n.º 251/19, de 04 do mês em curso, do SAS;
 - 6. Informação n.º 269/19, de 11 do mês em curso, do SAS;
 - 7. Informação n.º 270/19, de 11 do mês em curso, do SAS.

11. SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

= Projeto de "Plano de Mobilidade e Acessibilidade Inclusiva do Centro Urbano de Fátima – Informação n.º 254, datada de 23 de abril corrente, do Serviço de Projetos Técnicos.

12. SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

= Campeonato Nacional de Marcha em Estrada e Campeonato Nacional de Juniores – Protocolo celebrado com a Federação Portuguesa de Atletismo e a Associação de Atletismo de Santarém – Carta registada sob o n.º 10.657/2019, da Associação de Atletismo de Santarém.

Câmara Municipal de Ourém, 23 de abril de 2019

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despachos dos Exmos. Presidente e Vereadores, 15-04-2019 a 26-04-2019

	<u>'</u>	
Processo nº	Requerente	Local
205/2015	Adélio Carlos Oliveira	Travessa do Colégio de São Miguel, n.º 115 – Freguesia de Fátima
12/2016	Ana Rita Oliveira Vieira	Rua da Cabaça, n.º 11 – Eira da Pedra – Freguesia de Fátima
77/2019	Condomínio do Edifício Avenida	Av. Dom Nuno Alvares Pereira, n.º 179, 181, 183 e 185 – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
197/2019	Diamantino Henriques Mendes	Rua Principal – Cercal – União das Freguesias de Matas e Cercal
619/2019	Diogo Henriques de Sousa Lopes	Rua das Lombas - Caneiro – Freguesia de N.ª Sr.ª das Misericórdias
268/2018	Filipe Martins Baptista	Moimento – Freguesia de Fátima
617/2019	Jorge Manuel Alves Marques	Rua do Freitas, n.º 6 Aventeira – Freguesia de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
60/2019	José dos Prazeres Rodrigues	Maxieira – Freguesia de Fátima
64/2014	Manuel Francisco da Graça	Freiria – Freguesia de Espite
2185/2007	Manuel Gomes de Oliveira Simões	Travessa Vale Pisão – Freguesia de Ribeira do Fárrio
29/2016	Manuel Lopes Freire	Casal Castanheiro – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
337/2004	Opus Citatum, S.A.	Rua das Carvalheiras nºs 180 e 182 – Freguesia de Fátima
269/2018	Samuel António Pereira Gomes	Fazarga – Freguesia de Fátima

Ourém 29 de abril de 2019

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 15/04/2019 a 26/04/2019

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
15617	Manuel das Neves Coelho, Filhos, Lda.	Inspeção de elevador
15587	Albertino da Silva Maurício	Inspeção de elevador
15512	Condomínio do Prédio Sito na Rua Sagrada Família, n.º 8 em Fátima	Inspeção de elevador
13810	Condomínio Edifício Santa Iria- Bloco A	Inspeção de elevador
13121	Otís Elevadores, Lda.	Inspeção de elevador
14466	Paulo Alexandre Mateus Subtil	Inumação de Cadáver
14425	António de Sousa Costa	Inumação de Cadáver
15888	Espite Aventura-Associação do . Conhecimento Espite	Licença de Ruído
9706	União Desportiva da Gondemaria	Prova desportiva
15916	APDAF-Associação Promotora e Dinamizadora Apoio Família	Manifestação desportiva
16927	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros-Capela da Sandoeira	Licença de Ruído
17006	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias-capela do Vilar dos Prazeres	Licença de Ruído
16147	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Olival-Capela da Conceição	Corte de via

Ourém, 29 de abril de 2019

Vítor Manuel de Sousa Dias



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O RANCHO FOLCLÓRICO VERDE PINHO – "REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO"

Considerando que:

- O Rancho Folclórico Verde Pinho, é uma entidade cultural sem fins lucrativos, localizada em Carvalhal do Meio, pertencente à União de Freguesia de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.
- 2. A entidade tem em exercício um grupo etnográfico de danças e cantares, o Rancho Folclórico Verde Pinho.
- 3. Pela ocasião do 30º aniversário, pretende reabilitar o palco existente na sua sede, redimensionando-o e promovendo alguns arranjos exteriores, que visam melhorar os níveis de acessibilidade e de segurança.
- 4. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 5. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, e dos tempos livres de acordo com as alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Rancho Folclórico Verde Pinho, pessoa, pessoa coletiva com o NIPC 502 399 562, com sede em rua Vale Pereiro, Carvalhal do Meio, 2435-032 Rio de



Couros, União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Sérgio Dias Lopes.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.^a (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Remodelação das Instalações da Associação", conforme projeto constante no anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 8.470 euros (Oito Mil, Quatrocentos e Setenta Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- 2. O montante do apoio corresponde a 70% do valor total previsto realizar pela entidade no âmbito do investimento em objeto.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado, tendo em observância que ficará indexado ao montante máximo de 70% do investimento realizado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 4.235 euros (Quatro Mil, Duzentos e Trinta e Cinco Euros), em maio de 2019;
 - b. 4.235 euros (Quatro Mil, Duzentos e Trinta e Cinco Euros), em janeiro de 2020.



- O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.

4.	O pagan	nento será	efectuad	lo por tra	ansferé	ênci	ia bancári	a, pa	ara a conta ba	ncária do
	Rancho	Folclórico	Verde	Pinho,	com	0	número	de	identificação	bancária
						C	da	en	tidade	bancária
					, cor	nfor	me declai	ração	em Anexo -	II, a qual
	faz parte	integrante o	do prese	nte cont	rato-pr	ogr	ama.			

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);



- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, o imóvel objeto de investimento no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização do investimento objeto de apoio)

A execução física e financeira do investimento objeto de apoio será monitorizada e acompanhada por equipa ou técnico definido pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos documentos de despesa comparticipados.



CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do imóvel objeto de investimento, do apoio concedido pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- 1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.



CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

- 1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:
Câmara Municipal:
Assembleia Municipal:
O presente Preteccie de Calabaração compresendo. 7 falbas às queis as innteres
O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>7</u> folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 7 em virtude de conter as assinaturas dos mesmos



Celebrado aos () dias do mês de	de 2019, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada ur	n deles aos seus Outorgantes.
Dala Drimaina Outarranta	Pala Sagunda Outawaanta
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Sérgio Dias Lopes
Albuquerque	



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

MUNICÍPIO DE OURÉM FUNDAÇÃO DR. AGOSTINHO ALBANO DE ALMEIDA

PREÂMBULO

Considerando que:

- 1. Em 2019 se celebra o Bicentenário do nascimento de Agostinho Albano de Almeida;
- Agostinho Albano de Almeida constitui uma personalidade ímpar na história de Ourém, tendo sido o responsável pela criação do hospital que ficou conhecido como Hospital de Santo Agostinho.
- 3. A relevância da sua personalidade e da sua obra na vida local constituem motivo para o Município de Ourém e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida se associarem num programa comemorativo,

é celebrado o presente protocolo de colaboração, o qual é subscrito pelas seguintes entidades:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, adiante designado por primeiro outorgante;

SEGUNDO OUTORGANTE: Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, com o NIPC 500 745 781, sedeada no Largo Dr. Vitorino de Carvalho, 4, Ourém representado neste ato pela Presidente do Conselho de Administração da Fundação, Maria de São José Pereira Gil Ferreira, adiante designado por segundo outorgante.

O protocolo rege-se pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objeto deste protocolo de cooperação a realização de um conjunto de iniciativas que visam valorizar e perpetuar a vida e obra de Agostinho Albano de Almeida e da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, a seguir designada como Fundação.



CLÁUSULA 2.ª

(Ações de cooperação)

1. As partes comprometem-se a cooperar durante o ano de 2019 para a prossecução de projetos que visem o estudo, a salvaguarda e a difusão do património ligado à figura de Agostinho Albano de Almeida e da Fundação.

Serão objeto de cooperação os seguintes projetos:

- 1.1. Documentação de arquivo da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.
- O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, dentro da disponibilidade dos seus recursos, em atividades várias, designadamente: higienização, organização, inventário, classificação, descrição arquivística e digitalização dos documentos mais relevantes da história da Fundação. A concretização permitirá a salvaguarda e disponibilização online futura.
- 1.2. Acervo bibliográfico da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.
- O Segundo Outorgante dispõe de um acervo bibliográfico especialmente representativo nas áreas da literatura e da medicina. O Primeiro Outorgante, através do serviço da Biblioteca Municipal, irá diligenciar apoio técnico, que deverá estender-se após 2019, dentro da disponibilidade dos seus recursos, para o trabalho de catalogação.
- 1.3. Edição de publicação comemorativa

A publicação consistirá na reprodução e descrição de um conjunto de documentos, alusivos a Agostinho Albano de Almeida e à Fundação, originários do acervo da mesma de outros arquivos, incluindo o Arquivo Histórico Municipal. A publicação, estruturada e organizada sob orientação dos serviços culturais do Município em forma de catálogo, integrará também textos de autores que estudaram o fundador e a Fundação

- 2. As partes comprometem-se a cooperar entre si, durante o ano de 2019, com vista a prossecução do seguinte programa comemorativo.
 - 2.1. Dia 18 de maio: Dia Internacional dos Museus | visita interpretativa ao antigo Hospital de Santo Agostinho
 - O Museu Municipal conduzirá uma visita aos espaços exteriores do antigo hospital e sua envolvente. A visita incidirá sobre a vida e obra de Agostinho Albano de Almeida, sobre o



papel da fundação na sociedade local e ainda sobre o internamento de Santa Jacinta, Pastorinha de Fátima.

2.2. Programa cultural no verão

Os dois outorgantes planeiam uma programação cultural conjunta no Largo Dr. Victorino de Carvalho, espaço que medeia a Casa do Administrador e a Fundação.

2.3. Dia 27 de outubro: Celebração do Dia do Bicentenário do nascimento de Agostinho Albano de Almeida

No dia em que se comemoram os 200 anos do nascimento de Agostinho Albano de Almeida, os dois outorgantes irão promover o lançamento da publicação comemorativa que iniciará com uma sessão musical.

CLÁUSULA 3.ª

(Gestão)

O presente Protocolo é garantido e gerido pelos responsáveis das duas instituições, devendo igualmente ser por eles designados os interlocutores que assegurem uma ligação permanente entre elas.

CLÁUSULA 4 ª

(Vigência do Protocolo de Cooperação)

O período de vigência do presente protocolo de cooperação produz efeitos a partir da data da sua assinatura e termina a 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado automaticamente, mediante acordo escrito entre os outorgantes.

CLÁUSULA 5 ª

(Dúvidas)

As dúvidas suscitadas na interpretação do presente protocolo ou os assuntos dele emergentes serão resolvidos por acordo escrito entre os outorgantes.

CLÁUSULA 6 ª

(Disposições finais)

O presente protocolo é feito em duplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes, e é constituído por quatro páginas, devidamente rubricadas e assinadas pelos legais representantes das entidades envolvidas, à exceção da última, que contém as respetivas assinaturas.



Ourém, __ de ____ de 2019

O Primeiro Outorgante,	O Segundo Outorgante,
Presidente da Câmara Municipal de Ourém	Presidente do Conselho de Administração da Fundação Agostinho Albano de Almeida
(Luís Miguel Coutinho Albuquerque)	(Maria de São José Pereira Gil Ferreira)



APOIO FINANCEIRO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM, FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO E ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM

Campeonato Nacional de Marcha em Estrada 20km e Campeonato Nacional de Juniores em Pista

Considerando a realização do campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km, e demais escalões, Torneio Nacional Marchador Jovem e Campeonato Nacional de Juniores em pista, do calendário competitivo da Federação Portuguesa de Atletismo;

Considerando que estas competições, tal como nos anos anteriores, irão contar com vários atletas que representaram Portugal nos Jogos Olímpicos do Rio2016 e muitas outras competições internacionais, incluindo representantes de alguns dos clubes mais conceituados do desporto nacional – Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal entre outros;

Considerando que estas provas poderão permitir a alguns dos atletas presentes realizarem marcas de qualificação para várias competições de seleção, Taça da Europa de Marcha, Campeonato da Europa de juniores e para o Campeonato do Mundo, onde Portugal estará representado por várias dezenas de atletas;

Considerando que o Município de Ourém tem apoiado o desenvolvimento do atletismo nas suas várias especialidades e apoiado os clubes do concelho, garantindo um trabalho em quantidade e qualidade que lhes tem permitido alcançar medalhas e títulos nacionais.

Considerando que a realização destas competições poderão contribuir para a captação de mais jovens para o desporto e para a promoção de estilos de vida saudáveis.

Considerando que a realização destes campeonatos será uma oportunidade para centenas de atletas, familiares e acompanhantes visitarem o concelho de Ourém.

É ASSINADO ENTRE

O MUNICÍPIO DE OURÉM, pessoa coletiva de direito público, com o NIF. 501 280 740, com sede em Ourém, representado neste ato pelo seu Presidente da Câmara, senhor Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, doravante designado como primeiro outorgante;



e

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO, pessoa coletiva de utilidade pública, com o NIF. 501 136 517, com sede em Linda a Velha, representada neste ato pelo seu Presidente da Direção, Prof. Jorge António de Campos Vieira, doravante designado como segundo outorgante;

e

A ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM, pessoa coletiva, com o NIF. 501 742 743, com sede em Almeirim, representada neste ato pelo seu Presidente da Direção, Sr. Eduardo João Belchior Gonçalves, doravante designado como terceiro outorgante;

Fica acordado que:

O Primeiro Outorgante se compromete a:

- Disponibilizar balneários (masculinos e femininos) para o campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Disponibilizar cerca de 100 grades (em metal ou plástico) para balizar o percurso do campeonato nacional de marcha em estrada 20Km;
- Disponibilizar insuflável de Partida e Chegada no campeonato nacional de marcha em estrada 20Km;
- Disponibilizar cerca de 100 cones sinalizadores do percurso;
- Disponibilizar uma sala de apoio ao secretariado do campeonato;
- Disponibilizar 2 tendas para apoio e proteção dos juízes e para os atletas momentos antes da partida;
- Disponibilizar cerca de 20 voluntários para apoio aos juízes de marcha (com bicicleta), ao secretariado e para apoio no circuito e partida/chegadas;
- Disponibilizar palco, pódio e aparelhagem sonora para as cerimónias protocolares e para informações aos presentes sobre a prova;
- Apoiar financeiramente estes campeonatos com uma verba de 3.000,00€ a atribuir ao terceiro outorgante, para fazer face a uma parte das despesas relacionadas com estes campeonatos; ficando o pagamento da verba referida condicionada à apresentação de documentos de despesa e respetivo comprovativo de pagamento no âmbito da atividade a desenvolver, em montante igual ou superior ao apoio concedido.



Os 2º e 3º Outorgantes, comprometem se com o seguinte:

- Promoção do evento nos respetivos sites e nas redes sociais;
- Aprovação da documentação promocional sob proposta do Município de Ourém;
- Utilização de sistema de cronometragem de chips no campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Presença de pelo menos 3 juízes internacionais de marcha no campeonato nacional de marcha em estrada – 20Km;
- Presença de meios materiais e humanos que garantam o bom funcionamento dos campeonatos;
- Contactos com atletas internacionais para promoção destes eventos;
- Conferências de imprensa;
- Controle anti doping;
- Secretariado computador, impressora, fotocopiadora e papel;
- Juízes de chegada;
- Promoção com bandeiras;

1 2010

- Prémios;
- Oficialização e promoção de várias competições no concelho.

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Al	•
A Federação Portuguesa de Atletismo	A Associação de Atletismo de
Santarém	